

Linguajamentos e contra-hegemonias epistêmicas sobre linguagem em produções escritas indígenas da Licenciatura Intercultural Indígena da UFG¹

Elismênnia Aparecida Oliveira², Joana Plaza Pinto³

Faculdade de Ciências Sociais/UFG, Faculdade de Letras/ UFG

mennalis@gmail.com, joplazapinto@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem; Escrita; Epistemologia; Indígena.

1. Introdução

Como continuidade de pesquisa anterior⁴, este artigo é resultado de pesquisa sobre as concepções de linguagem e suas derivações nas produções escritas em português de graduandas e graduandos do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFG, representantes das sociedades indígenas Apinajé, Canela, Gavião, Guajajara, Guarani, Javaé, Karajá, Krahô, Krikati, Tapirapé, Tapuio, Xerente e Xavante. Nesse trabalho refletimos sobre concepções de linguagem de sujeitos que vivenciaram um longo processo de silenciamento e opressão em que o construto língua foi um dos instrumentos de dominação, mas também de resistência. Assim partimos da atual situação das línguas formulada como reconhecimento das línguas das minorias e de sua subalternidade e a imposição da língua do colonizador (ANZALDÚA, 2009; PINTO, 2008). Compartilhamos com Mignolo (2003) a ideia de que o uso das línguas são estratégias e não fatos, e concepções indígenas sobre linguagem e língua coexistem às concepções impostas e às concepções ressignificadas.

Ao mapear os conceitos sobre linguagem em escritas indígenas, consideramos em conjunto os processos de conflito e também resistência às quais as etnias indígenas no Brasil foram submetidas. Analisamos as produções de forma qualitativa e consideramos os discursos

¹ Artigo revisado pela orientadora.

² Bolsista PIBIC-CNPq, graduanda do curso de Ciências Sociais/UFG.

³ Doutora em Linguística, professora da Faculdade de Letras/UFG.

⁴ Em 2009, iniciamos uma pesquisa de mapeamento, busca e análise por concepções sobre linguagem em textos escritos em português por indígenas no Brasil. A pesquisa identificou 21 produções correspondentes a 7 etnias indígenas no Brasil, 1 na Argentina, e 1 no Chile. Mediante uma intensa busca por sites, revistas, jornais, livros, blogs e eventos, percebemos que autoras e autores auto identificados como indígenas têm produções escritas em português sobre vários temas, incluindo linguagem, no entanto essa produção não está disponível para grande circulação. Das 21 produções, 12 eram de graduandas e graduandos da Licenciatura Intercultural da UFG (OLIVEIRA, PINTO, 2010). Diante desta realidade, decidimos buscar e analisar textos escritos em atividades produzidas na Licenciatura Intercultural Indígena da UFG.

de poder/saber que construíram as populações indígenas como o outro subalterno. Analisamos os textos das graduandas e graduandos como textos teóricos por precisarmos de escritas que sejam capazes de evocar as realidades pessoais e sociais com vida e não mais com retóricas sobre como ser e falar (ANZALDÚA, 2000). Trabalhando como pesquisadoras da Linguística e das Ciências Sociais, nos questionamos sobre posturas que nos colocam como peritas em línguas e pessoas (RAJAGOPALAN, 2005; PINTO, 2008). Deste ponto de vista, consideramos línguas como construtos do projeto colonial usadas como instrumentos de dominação, com efeitos para as condições de vida das pessoas (MAKONI, MEINHOF, 2006). E consideramos também que o contato político e intelectual entre indígenas e não indígenas manteve e gerou novas práticas discursivas mostrando que línguas enquanto instrumentos de dominação podem ser instrumentos de linguajamento, usadas como estratégias em interações sociais (MIGNOLO, 2003).

No Brasil, a partir do processo de colonização, a relação entre povos indígenas e os não indígenas passou por etapas que foram da cristianização, para a escravização, e então para domesticação/civilização e por último para o processo de tornar, e mais tarde reconhecer, as sociedades indígenas como compostas por cidadãos (SOUZA, 2004). Como pessoas de direitos, a partir da Constituição de 1988, medidas que garantissem reconhecimento e proteção as culturas, terras e línguas indígenas, em atos efetivos como demarcação de terras e implantação de escolas bilíngues nas aldeias indígenas, passam a ser obrigatórias enquanto políticas públicas para todas as sociedades indígenas brasileiras. Os cursos superiores para indígenas são conquistas indígenas dessa trajetória e surgem a partir de 2001. E neste contexto são produzidos os textos de indígenas aqui referenciados.

2. Objetivos

Essa pesquisa foi realizada com os seguintes objetivos: 1) analisar as concepções de linguagem construídas em produções de indígenas estudantes da Licenciatura Intercultural da UFG; 2) discutir o papel destas concepções de linguagem na contraposição às desigualdades a que este grupo identitário está exposto; 3) e incluir as produções encontradas no acervo geral de produções escritas sobre linguagem.

3. Metodologia

Esse trabalho foi realizado com uma metodologia de busca e análise qualitativa de base documental. Adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: 1) revisão de literatura sobre concepções de linguagem, corpo, identidades, indígenas; 2) mapeamento das produções

de graduandas e graduandos da Licenciatura Intercultural Indígena da UFG, que tivessem por tema linguagem e suas derivações – língua, escrita, discurso e fala; 3) descrição das concepções de linguagem nas produções; 4) descrição das condições em que essas descrições foram realizadas e 5) análise das conclusões das etapas 3) e 4) contrapostas aos textos selecionados e aos objetivos do plano de trabalho.

A Licenciatura Intercultural Indígena da UFG é um curso criado em 2007, e atende às demandas de professoras e professores indígenas que já lecionam em suas aldeias. A Licenciatura Intercultural Indígena prevê na matriz curricular o período de formação de 5 anos, 2 anos de formação básica e 3 anos de formação específica. A matriz específica está dividida entre Ciências da Cultura, Ciências da Linguagem e Ciências da Natureza. As aulas presenciais são no Campus Samambaia da Universidade Federal de Goiás em duas etapas; a primeira ocorre de janeiro a fevereiro e a segunda etapa de julho a agosto. Também são ministradas aulas nas áreas indígenas; no primeiro semestre os docentes não indígenas da Licenciatura vão a todas as aldeias de estudantes e no segundo semestre do ano vão em uma aldeia pólo, escolhida pelos graduandos e graduandas (ESTRUTURA, 2011).

As aulas nas áreas indígenas são realizadas com o objetivo de dar continuidade às atividades, à orientação de estágio e aos projetos extra-escolares das graduandas e graduandos indígenas. As matrizes de Formação Básica e as de Formação Específica são compostas de temas referenciais, áreas de conhecimento e temas contextuais (ESTRUTURA, 2011). Com início em 2007, o curso de graduação na UFG, voltado a populações indígenas, assim como os mais de 10 cursos em universidade federais pelo Brasil, vivencia seus primeiros anos de formação **com** uma proposta recente e inexperiente: o ensino superior para populações indígenas no Brasil. E assim como as demais propostas, o curso da UFG está em construção e adaptação às demandas; o tema contextual Português Intercultural, por exemplo, não estava previsto na grade do curso, mas foi adotado por exigência das professoras e professores indígenas que cursam a Licenciatura já a partir do segundo semestre de curso (SANTOS, 2010).

Nosso objetivo não foi avaliar as matrizes ou funcionamento da Licenciatura Intercultural da UFG, mas abordar as concepções de língua, escrita, discurso, e fala nas produções de graduandas e graduandos nas atividades propostas em sala de aula em temas contextuais diversos, dos quais escolhemos prioritariamente os do *Português Intercultural*, por acreditarmos que nesse tema as questões sobre linguagem estão mais evidenciadas. Com base nas produções disponíveis, fizemos uma busca pelas atividades que a princípio correspondiam às nossas demandas. Na etapa de mapeamento, contamos com a colaboração

de docentes do Núcleo Takynahakã que disponibilizaram um vasto material de temas contextuais do Português Intercultural. Analisamos e escolhemos dentre produções arquivadas à produções realizadas na 1ª etapa de 2011. As produções textuais em sua realização não tiveram nossa interferência, só trabalhamos com material textual já pronto e elaborado sem qualquer vinculação anterior com a pesquisa. Vale ressaltar que as produções podem ser concedidas a nós uma vez que, pelas normas da UFG, ao ingressarem em um curso da Graduação, os estudantes assinam um termo de consentimento e, assim, disponibilizam sua produção escrita para pesquisas, desde que o trabalho não os comprometa.

Finalizada a etapa de mapeamento, selecionamos 200 produções textuais entre resumos, resenhas, ensaios, e respostas a questionários, feitos por graduandas e graduandos das 13 etnias, de diferentes idades e semestres da graduação. Posteriormente interpretamos as concepções sobre linguagem encontradas nos textos no pano de fundo dos estudos culturais e pós-coloniais contemporâneos com autoras e autores indígenas e não indígenas. Entendemos por esse processo de interpretação que, mais que reconsiderar e localizar os conceitos, é preciso se desfazer deles, pois muitas concepções metodológicas sobre como estudar grupos indígenas e muitas noções que dizem o que é a língua e como estudá-la, não levam em consideração as práticas discursivas e as concepções de língua que diferentes sociedades têm (CAVALCANTI, 2006). Assim, nesse trabalho estamos atentas aos problemas que temos com muitos conceitos chave da Linguística, Sociologia e Antropologia e suas consequências para a análise e conclusões.

3. Resultados e Discussão

3.1 Para cada língua, um conceito de língua

A princípio a maioria das autoras e autores indígenas da Licenciatura Intercultural tem em comum o fato de serem no mínimo bilíngues, falam e escrevem na língua indígena e na língua portuguesa. A língua portuguesa como segunda língua (Vanda XERENTE, 2009), uma língua de contato (Paulo XERENTE, 2009), é usada para se comunicar com indígenas e não indígenas, um instrumento usado para defender e lutar por direitos como terra, saúde e educação (Vanda XERENTE, 2010; Paulo XERENTE, 2010). A língua portuguesa também é tratada, para além de língua de defesa dos direitos indígenas, como língua das oportunidades por ser capaz de oferecer melhoria de vida, “é a língua que proporciona melhores empregos na cidade e acesso a faculdades” (Joene GUAJAJARA, 2010).

Nesse sentido de língua de direitos e de melhores oportunidades, a língua portuguesa é também uma língua para comunicação. Língua da comunicação por possibilitar a aproximação para com os que não falam suas línguas, e direitos porque ao aprender a ler e escrever a língua portuguesa as autoras e autores indígenas têm mais acesso aos documentos oficiais como a legislação sobre as sociedades indígena: “a língua portuguesa proporciona o conhecimento das leis da Constituição brasileira e por documentos escritos em português os Tapirapé refletem os sentimentos da comunidade indígena às autoridades” (Fabinho TAPIRAPÉ, 2010). A língua portuguesa é vista como uma língua para a defesa de direitos – língua da resistência –, comunicação, acesso, melhores oportunidades de vida com melhores empregos.

Mas a língua portuguesa não é a única língua importante. A língua indígena também é tratada como língua da comunicação, da resistência, e de garantia de direitos. Comunicação com aqueles que falam e contra os que não falam (Arakae TAPIRAPÉ, 2010), resistência e luta por direitos conseguidos a partir da auto-identificação, o reconhecimento público e vínculo com identidade, cultura e conhecimento (Antônio XERENTE, 2010).

Nesta análise inicial, a língua portuguesa e indígena parecem ter as mesmas funções e mesmas possibilidades de uso. No entanto, existem ressalvas necessárias feitas pelas autoras e autores indígenas que interpretamos como diferentes concepções de línguas: há um conceito de língua no uso da expressão “língua portuguesa” que não corresponde ao conceito de língua para a expressão “língua indígena”.

3.2 “Língua portuguesa”: língua-armadilha

Para as populações indígenas, a língua portuguesa foi ensinada também em termos de conceituação sobre como funciona e o que é uma língua. Essa conceituação passa pelos requisitos de língua/escrita alfabética, língua usada para processos compulsórios como a globalização. A língua portuguesa é vista como importante na comunicação com indígenas e não indígenas, como instrumento para se obter direitos, mas apresenta características próprias na sua forma de escrita alfabética. A língua portuguesa aparece como uma língua padrão que reúne escrita e fala em uma forma específica e difícil, que é aceita como uma exigência política. Nesse contexto, aprender a língua portuguesa na forma escrita e na forma oral é importante para lidar com os não indígenas (Daniel TAPIRAPÉ, 2010). A língua portuguesa é importante por ser vista como a língua das possibilidades, como afirma Xawapa’i Tapriapé (2010): “[é importante conhecer a] língua portuguesa para conhecer o mundo capitalista e o

conhecimento científico, e aprender a língua padrão de forma correta, tanto na escrita quanto na oralidade, para se tornar uma pessoa intelectual”. A língua portuguesa é uma língua da escrita alfabética, pois é com ela que os indígenas reelaboram documentos e reivindicações (Orokomoy'i TAPIRAPÉ, 2010). É com a escrita que os indígenas podem lutar por seus direitos, reelaborar documentos e reivindicações, ter acesso a documentos que falam sobre a população indígena, como a Constituição (Fabinho TAPIRAPÉ, 2010) que só estão disponíveis em língua portuguesa.

Nessa forma escrita e falada de *forma correta*, a língua portuguesa é uma língua usada para a comunicação com indígenas e não indígenas, para defender e lutar por direitos como terra, saúde e educação e também é capaz de oferecer melhoria de vida, é a língua que proporciona melhores empregos na cidade e acesso a faculdades (Joene GUAJAJARA, 2010; Were JAVAÉ, 2010). Como afirma Daniel Tapirapé (2010), é importante aprender o português, pois a população indígena está no mundo globalizado, contemporâneo, dentro da sociedade não indígena e precisam muito dessa língua, pois sem ela não haveria diálogo, debates e estudos para defender algo que interesse aos indígenas.

Existe, portanto, um discurso sobre os usos da língua portuguesa em torno de vantagens econômicas, políticas e sociais conseguidas por seu uso entre indígenas e não indígenas, mas esse discurso se relaciona, na maioria das vezes, com reflexões sobre desigualdade e opressão. Como aponta Joene Guajajara (2010) a população indígena tem a obrigação de saber falar e ler a língua portuguesa, porque existem muitos invasores que estão querendo tomar o que é dos indígenas. Os usos do português são imposições de convivência; como os mais velhos que vão às cidades e não são respeitados, um dos motivos é “não falar português” e por isso falar português é importante (Joel KRAHÔ, 2010). A população indígena tem que lidar diariamente com fazendeiros, missionários de várias vertentes do cristianismo, seringueiros, caçadores, pesquisadoras e pesquisadores, funcionários do IBAMA e Funai dentro das áreas indígenas, que entram em contato com a população indígena com demandas de mão única, fora os contatos diários e necessários com os que vendem, compram, e os que contratam para trabalho. São pessoas de interesses diversos, que falam variedades diversas do português, mas que cobram das populações indígenas performances que atendam a seus interesses.

As graduandas e graduandos afirmam que um dos elementos que fazem a língua portuguesa ser opressora é o fato de ser uma língua difícil, seu uso padrão, assim como o uso da gramática são apontados como elementos que fazem com que o português falado e escrito pelas graduandas e graduandos indígenas seja julgado como errado. Para as graduandas e graduandos da etnia Tapuio, a questão da opressão pela gramática é mais evidente, pois ao ter

por língua materna o português, mas não o português padrão ou regional e sim um português complexo praticado entre as etnias indígenas e as populações negras aldeadas, o português falado pelos Tapuio é considerado pelas pessoas não indígenas um português errado, de quem não sabe falar e escrever (Ueder TAPUIO, 2011).

Para as graduandas e graduandos, em nenhum momento a língua portuguesa como língua das oportunidades está desvinculada da língua opressora, que silencia a língua indígena e faz com que a sociedade esqueça sua cultura (Arakae TAPIRAPÉ, 2010). O uso da língua portuguesa não é uma escolha ou vontade, desde o início quando o português é nomeado a língua oficial do país, é uma imposição. A língua portuguesa foi e é uma obrigação nas escolas e não há como não querer usar a língua portuguesa, como afirma Aparecida Xerente (2010), “não há como escapar da língua portuguesa e da sociedade envolvente, não indígena”.

A língua portuguesa passou de uma imposição frágil, desde o início do contato, para se tornar um instrumento necessário usado na defesa dos povos indígenas na questão fundiária, de saúde e de educação (Rivaldo TAPIRAPÉ, 2010). Por isso, é pensada como uma língua armadilha, “o povo indígena está numa grade como se fosse, em uma armadilha, essa segunda língua está atacando a nossa língua. Mas ao mesmo tempo é a língua de vários conhecimentos para o futuro” (Bismael TAPIRAPÉ, 2010).

A língua portuguesa não deixou de ser uma língua de exclusão. Como as línguas oficiais pertencem a um grupo/classe, elas beneficiam seus falantes em campos como a educação, trabalho, epistemologias, oportunidades, e desfavorecem os que não a falam ou não a falam com a mesma proficiência (PENNYCOOK, 2007), é o que acontece no Brasil com as populações indígenas. Não é, portanto, a língua portuguesa que só por ser falada e escrita, vai fornecer maiores possibilidades de acesso a bens, é que quem fala português corresponde a um grupo que pertence à *sociedade envolvente* - não indígena - e isso concede uma série de benefícios. Questões de língua são questões de acessos a bens e oportunidades, mas que não se resolvem só pela língua. Fazer com que a população indígena do país fale e escreva português, apontando essa “necessidade” como um aspecto da sociedade capitalista, uma consequência do mundo moderno e global, é silenciar as políticas desiguais das línguas, continuar insistindo na existência de língua como um aparato ontológico que não atende as práticas discursivas de falantes reais.

Se a língua portuguesa tem importância para as sociedades indígenas é, sem esquecer seu caráter opressor, como afirma Feliciano Krikati (2010), auxiliar as sociedades indígenas a não estarem subordinadas aos não indígenas, é fazer com que possam decidir por si. A questão não é, portanto, a língua portuguesa, mas os usos que, como aponta Fabinho Tapirapé (2010),

são importantes para a comunidade indígena acompanhar questões políticas, questões sobre língua e saúde. Com considerações assim podemos não nos atentar para os usos da língua, considerar a língua portuguesa como língua da comunicação não em termos de *a melhor para se comunicar*, mas em termos de *imposição e uso pela resistência*.

3.3 “Língua indígena”: língua de conhecimento e lócus de enunciação

A língua indígena também é descrita como uma língua de direitos de acesso a bens, mas com uma diferença específica da língua portuguesa. A língua indígena está vinculada à produção de conhecimento, às práticas cotidianas que envolvem a sociedade indígena, à oralidade, e a manifestações de escritas para além da alfabética. “Falar a língua tapirapé também é aprender a linguagem Tapirapé, aprender as significações dessa cultura em seu contato com o mundo exterior como a natureza que indica uma linguagem” (Arakae TAPIRAPÉ, 2009). A língua indígena está vinculada ao conhecimento em seu uso cotidiano recorrente e ao uso cotidiano restrito - os rituais, os cantos -, ao uso na aldeia. Existe uma relação entre língua/linguagem e produção de conhecimento indígena, língua e representação, que acontece de maneira efetiva, a princípio, somente na língua indígena.

Para Korimaxo'i Tapirapé (2009) as línguas estão vinculadas às práticas dos falantes e representam a relação da sociedade com o mundo, sendo a linguagem uma construção conjunta entre pessoas e natureza. Em uma atividade sobre o que seria a literatura indígena, surge uma discussão sobre linguagem indígena, Jocelino Karajá (2010) afirma que “a literatura indígena está ligada a uma linguagem em que a natureza é tudo que nela existe, fala. A literatura do índio é traduzida oralmente e repassada de geração a geração através dos cânticos, histórias, pinturas corporais que representam desenhos de animais, os rios, os peixes e as árvores”.

A literatura indígena, que para existir tem que ser pensada de forma distinta a que é pensada no ocidente (MIGNOLO, 2003, Wasari KARAJÁ, 2010), surge através dos saberes tradicionais em que a natureza é um elemento da produção do conhecimento e da própria linguagem (Wasari KARAJÁ, 2010), e é um conhecimento mais vinculado às práticas do cotidiano indígena na aldeia, com a vivência entre as pessoas e a natureza (Adenair Kuwikui JAVAÉ, 2010).

Com a natureza e o cotidiano, a língua indígena é pensada em termos de construção e transmissão, é pensada oralmente. A memória “que é ao mesmo tempo passado e presente que se encontram para atualizar os repertórios e encontrar novos sentidos que se perpetuam em

novos rituais”, é um importante instrumento da oralidade (MUNDURUKU, 2011). Mas esta passou por mudanças desde a colonização, mudanças causadas também pela imposição da escrita, que fazem com que a população indígena não consiga guardar o conhecimento em suas mentes como os seus antepassados faziam, e hoje em dia a população indígena está se submetendo mais a escrita (Sariwaua KARAJÁ, 2010). Submeter-se à escrita refere-se à língua portuguesa. Em um texto sobre diferenças entre a linguagem do dia a dia e a linguagem dos textos de literatura, Orokomy e Daniel Tapirapé discutem que na língua Tapirapé existem usos de palavras como “halo, halo” que não são praticadas no cotidiano, ou quando vão contar uma história do povo Tapirapé ou qualquer mito (Daniel TAPIRAPÉ, 2010). “Haho, haho” não é usado no cotidiano, nem na transmissão de conhecimentos como mitos, e nem na escrita indígena, não tem tradução na língua portuguesa (Orokomy TAPIRAPÉ, 2010) “haho, haho” significa o final do canto do Xakowi, é usada necessariamente somente nesse canto ritual. Tanto a escrita alfabética quanto a transmissão de conhecimento entram em debate neste exemplo.

Algumas palavras precisam de um tempo-espço, um contexto e até pessoas, as anciãs e anciões, para serem transmitidos (Idjamoá KARAJÁ, 2010), de forma que as palavras na língua indígena estão vinculadas à oralidade, são conhecimentos que precisam de um tempo-espço, uma contextualização que não indica só pertencimento e localização, indicam ensino e vivência.

Na concepção de linguagem e língua indígena existe uma relação entre língua e cultura, língua e identidade que são referentes a manifestações sobre linguagem e produção de conhecimento. É o que afirmam Gilson Ipaxi'awyga Tapirapé, Koxawiri Tpirapé, Paxanari'i Tapirapé (2010): “tendo acesso ao conjunto de comunicação na vida como a língua, a gente pode ter uma grande vantagem para afirmação de uma cultura ou identidade de um povo. Por meio delas os conhecimentos de um mundo podem continuar vivendo e mantendo a vida tradicional dos indivíduos que a praticam”.

Se a aproximação entre língua portuguesa e indígena acontece em termos de as duas serem também línguas de comunicação e conhecimento, essa não é a relação que prevalece. Para Mareromyo Tapirapé (2010), as linguagens do dia a dia e do texto escrito são diferentes por tratarem de conhecimentos diferentes. Os textos escritos em português que os indígenas têm contato representam o conhecimento do não indígena, mesmo sendo reconhecidos como um recurso *seguro* para os povos indígenas mostrarem seu conhecimento e inteligências (Fabinho TAPIRAPÉ, 2010).

A luta por escolas bilíngues, por ensino superior intercultural, para algumas etnias

indígenas, passa por questões de construção e transmissão de conhecimento, que como afirma Bruno Kaingang (2006), são medidas efetivas para combater a desestruturação da educação indígena, e as transformações culturais, políticas, econômicas e sociais que aconteceram desde o contanto com o não indígena. Se por um lado a língua portuguesa é vista como uma armadilha, uma língua obrigatória (Orokomy'i TAPIRAPÉ, 2010), por outro a língua indígena é vista como essencial para produção de conhecimento por não estar nos moldes do que uma língua – a portuguesa – é.

A língua portuguesa não é reconhecida para ser usada no dia a dia na aldeia, pois seu uso é visto como desvalorização da cultura, como deixar de ser indígena (Xawapa'i TAPIRAPÉ, 2010), e também não é reconhecida como boa para explicar conhecimento. A questão sobre usos da língua portuguesa e indígena não é uma questão de proficiência mas de reconhecimento, de concepção de linguagem que representa o conhecimento, é uma questão de lócus de enunciação.

A língua indígena é portanto pensada como inserida em uma definição ampla de linguagem; não é escrita, é oralidade, a oralidade é descrita como um elemento importante na produção e transmissão de conhecimento (MUNDURUKU, 2009; Arakae TAPIRAPÉ, 2009). A língua indígena se é escrita não é alfabética, a pintura corporal é uma escrita (Xawapa'i Tapirapé, Arakae Tapirapé, Bismarck W. Tapirapé, 2010), se é comunicação não é fala, a emissão de sons apreendidos da natureza fazem parte da linguagem indígena sem ter que ser emitida pelos humanos (Jocelino KARAJÁ, 2010); se é registro é contextual (Bismarck TAPIRAPÉ, 2010).

4. Conclusão

Linguagem e suas derivações – língua, escrita, discurso – adotados a partir de conceituações indígenas estão vinculados à produção de conhecimento como lócus de enunciação (MIGNOLO, 2009). Nesse contexto os conceitos diferentes para o que é língua em português e o que é língua indígena, fazem do construto “língua” um instrumento usado em estratégias de interações sociais, quando as duas concepções coexistem e se inter-relacionam.

Mesmo quando a língua portuguesa é considerada uma língua que impõe o que é uma língua, como falar e viver nessa língua, a questão está resolvida em uma estratégia de uso pela resistência: “a língua portuguesa é para comunidade uma ameaça à língua e ao povo e ao mesmo tempo a língua portuguesa é usada para expressar a voz indígena contra os falantes do

português, sem deixar de usar a língua indígena que também tem seu valor, como fonte e conhecimento da comunidade” (Arakae TAPIRAPÉ, 2010).

Há em diversos trabalhos, como de Mingolo (2003) e hooks (2008), sobre contato entre indígenas e não indígenas que apontam a resistência como um aspecto central nos usos obrigatórios de línguas hegemônicas, que passam a ser usadas contra o opressor. A Licenciatura Intercultural também está significada como um instrumento de resistência para a defesa dos direitos, ela é em si o lugar que torna possível aprender o que os não indígenas têm de bom (Fabinho TAPIRAPÉ, 2010). E a língua portuguesa é a língua que possibilita conhecer o mundo do não indígena.

No entanto é necessário refletir sobre os usos da língua portuguesa, e da Licenciatura Intercultural Indígena, das universidades e escolas, como afirma Gilson Tapirapé (2011): “a população indígena não aprende português para esquecer sua língua, se assimilar ou evoluir, mas para defender a comunidade caso seja necessário”. A língua portuguesa assim como a língua indígena são instrumentos que as autoras e autores usam em contextos específicos, que querem usar em contextos separados, pois a língua portuguesa é a língua intrusa que não respeita seus espaços de uso. Mas não é a língua portuguesa em si a língua opressora, são as pessoas e as práticas delas.

O estudo das concepções epistêmicas linguísticas das sociedades indígenas não estão separadas das reflexões sobre opressão e sobre a relação com os não indígenas. Pelo uso da língua pode se valorizar e desvalorizar uma cultura porque a língua não vem só, ela é pensada em políticas que envolvem os corpos, não está separada de cultura, das pessoas que a usam (Orokomy TAPIRAPÉ, 2010). O conceito *língua* nas conceituações indígenas indica o quanto questões sobre linguagem têm efeitos sobre as condições de vida das pessoas, portanto, são questões de natureza étnica, política e ética (MAKONI ; MEINHOF, 2006).

Nesse sentido, não ver a língua portuguesa como língua do conhecimento, como a língua indígena é, retrata como o contato entre populações indígenas e não indígenas tem se mantido. As línguas estão ligadas a conhecimentos específicos por imposição, cabe a língua oficial do país o registro de leis, mesmo quando essas leis dizem respeito aos povos indígenas, nunca houve a preocupação em lançar edições bilíngues da Constituição Federal do país, nem dos demais documentos que legislam a vida dessas pessoas. Para ter acesso a elas, as populações indígenas tiveram que aprender o português, o português é língua de direitos por imposição. As políticas de imposição do português estão também em nossas pesquisas, porque se preocupar com o que pode ser feito ou não com a língua portuguesa se diversas etnias têm suas línguas? Nesse sentido mais que ampliar os conceitos sobre linguagem, sobre língua,

precisamos entender as questões políticas que constroem os conceitos, para entender e refletir sobre nossas próprias práticas de conceituar.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. Trad.: Édna de Marco. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ANZALDÚA, Gloria. Como domar uma língua selvagem. Trad.: Joana Plaza Pinto, Karla Cristina dos Santos. **Cadernos de letras da UFF**, n. 39, p. 297-309, 2009.

CAVALCANTI, Marilda C. Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em linguística aplicada: implicações éticas e políticas. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (org.). **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. (Língua[gem]; 19). p. 233-252.

ESTRUTURA do curso. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena. Licenciatura Intercultural**. Disponível em: <http://www.letras.ufg.br/intercultural/?menu_id=2820&pos=esq&site_id=115>. Acesso em: 02 fev. 2011.

GUAJAJARA, Joene P. Gomes. **A Importância da Língua portuguesa na comunidade indígena**. 2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

HOOKS, bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 857-864, dez. 2008.

JAVAÉ, Adenair Kuwikui. **Literatura indígena: a auto-representação através da linguagem criativa**. 2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

JAVAÉ, Were Hatxiari. **A Importância da Língua portuguesa na comunidade indígena**. 2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

KAINGANG, Bruno. Experiência em formação de professores. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Formação de professores indígenas: representando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secad, 2006. p. 201-206.

KARAJÁ, Jocelino. **Literatura Indígena**. 2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

KARAJÁ, Leandro Sariwaua. **Literatura Indígena**. 2010. 2f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

KARAJÁ, Wasari. **Literatura Indígena**. 2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

KRAHÔ, Joel. Importância da língua portuguesa para na comunidade Indígena. 2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

KRIKATI, Feliciano Martins Martins. **A Importância da Língua portuguesa na comunidade indígena**. 2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

MAKONI, Sinfree; MEINHOF, Ulrike. Lingüística aplicada na África: desconstruindo a noção da “língua”. Trad.: Luiz Paulo da Moita Lopes. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (org.). **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. (Língua[gem]; 19). p. 191-213.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Trad.: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. El lado más oscuro del Renacimiento. Trad.: Martha Cecilia V. García. **Universitas Humanistica**, Bogotá, n. 67, enero-junio/2009, p. 165-203.

MUNDURUKU, Daniel. **A escrita e a autoria fortalecendo a identidade**. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/autoria-indigena/a-escrita-e-a-autoria-fortalecendo-a-identidade>>. Acesso em: 30 dez. 2009.

MUNDURUKU, Daniel. **Literatura Indígena e o tênue fio entre escrita e oralidade** Disponível em: <<http://caravanamekukradja.blogspot.com/2011/01/literatura-indigena-e-o-tenue-fio-entre.html>>. Acesso em: 23 mai. 2011.

OLIVEIRA, Elismennia A.; PINTO, Joana Plaza. Linguajamentos e contra-hegemonias epistêmicas sobre linguagem em produções escritas indígenas. In: **Anais do VII Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão- CONPEEX**. Goiânia - GO: UFG, 2010. v. único. p. 1294-1308.

PENNYCOOK, Alastair. The myth of English as an international language. In: MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair (Ed.). **Disinventing and reconstituting languages**. Clevedon: Multilingual Matters, 2007. p. 90-115.

PINTO, Joana Plaza. Práticas contra-disciplinares na produção do conhecimento lingüístico. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (org.). **Múltiplas perspectivas em Lingüística**. 1ª ed. Uberlândia, MG: Edufu, 2008, v. , p. 1459-1464.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil; por

uma política prudente e propositiva. In: LACOSTE, Yves (org.). **Geopolítica do inglês**. Trad.: Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 135-159.

SANTOS, Tânia Ferreira Rezende. Experiência de escrita e reescrita de textos em português por alunos indígenas da Licenciatura Intercultural da UFG. In: PIMENTEL DA SILVA, Maria o Socorro; ROCHA, Leandro Mendes; BORGES, Mônica Veloso. (org.). **Cidadania, interculturalidade e formação de docentes indígenas**. Goiânia: Editora da PUC de Goiás, 2010. p. 119-132.

SOUZA, Lynn Mario Trindade Menezes de. Remapping Writing: indigenous writing and cultural conflict in Brazil. **English Studies in Canada**, v.30, p. 4-16, 2004.

TAPIRAPÉ, Arakae. **Relação entre as línguas portuguesa e indígena**. 2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

TAPIRAPÉ, Arakae. **Situação Sociolinguística entre os Tapirapé**. 2009. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2009.

TAPIRAPÉ, Bismael Ipiaramy. **A Importância da Língua portuguesa na comunidade indígena**. 2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

TAPIRAPÉ, Daniel. **Diferença entre a linguagem do dia a dia e a linguagem de textos literários**. 2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

TAPIRAPÉ, Fabinho Wataramy. **Relação entre as línguas portuguesa e indígena**. 2010. 2f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

TAPIRAPÉ, Gilson Ipaxi'awyga. **Atitude dos Apyãwa (Tapirapé) com relação ao uso atual da língua materna**. 2011. 7f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2011.

TAPIRAPÉ, Gilson Ipaxi'awyga; TAPIRAPÉ, Koxawiri; TAPIRAPÉ, Paxanari'i. **Afirmção, arte, cultura, identidade e literatura para população indígena**. 2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

TAPIRAPÉ, Korimaxo'i. **Situação Sociolinguística entre os Tapirapé**. 2009. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2009.

TAPIRAPÉ, Mareromyo. **Diferenças entre a linguagem do dia a dia e a linguagem de textos literários**. 2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

TAPIRAPÉ, Orokomoy'i. **A Importância da Língua portuguesa na comunidade indígena**.

2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

TAPIRAPÉ, Xawapa'i. **Relação entre as línguas portuguesa e indígena.** 2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

TAPIRAPÉ, Xawapa'i; TAPIRAPÉ, Arakae; TAPIRAPÉ, Bismarck W. **Afirmção, arte, cultura, identidade e literatura para população indígena.** 2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

TAPIRAPÉ. Bismark Warinimyta. **Diferenças entre a linguagem do dia a dia e a linguagem de textos literários.** 2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

TAPIRAPÉ, Rivaldo Warinimytygi. **A importância da língua portuguesa na sociedade indígena.** 2010. 2f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

XERENTE, Antônio Samuru. **A importância da língua portuguesa para as comunidades indígenas brasileiras atualmente.** 2010.1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

XERENTE, Aparecida P. S. **A importância do português para as comunidades indígenas.** 2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

XERENTE, Paulo César Pereira. **A importância da Língua portuguesa na comunidade indígena.** 2010. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

XERENTE, Vanda. **A importância da Língua portuguesa.** 2010. 2f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2010.

TAPUIO, Ueder. **Professores indígenas e a língua portuguesa.** 2011. 2f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – UFG, Goiânia, 2011.